Sobre a fundamentação psicológica da psicologia social e suas implicações para a educação

*Celso Pereira de Sá**

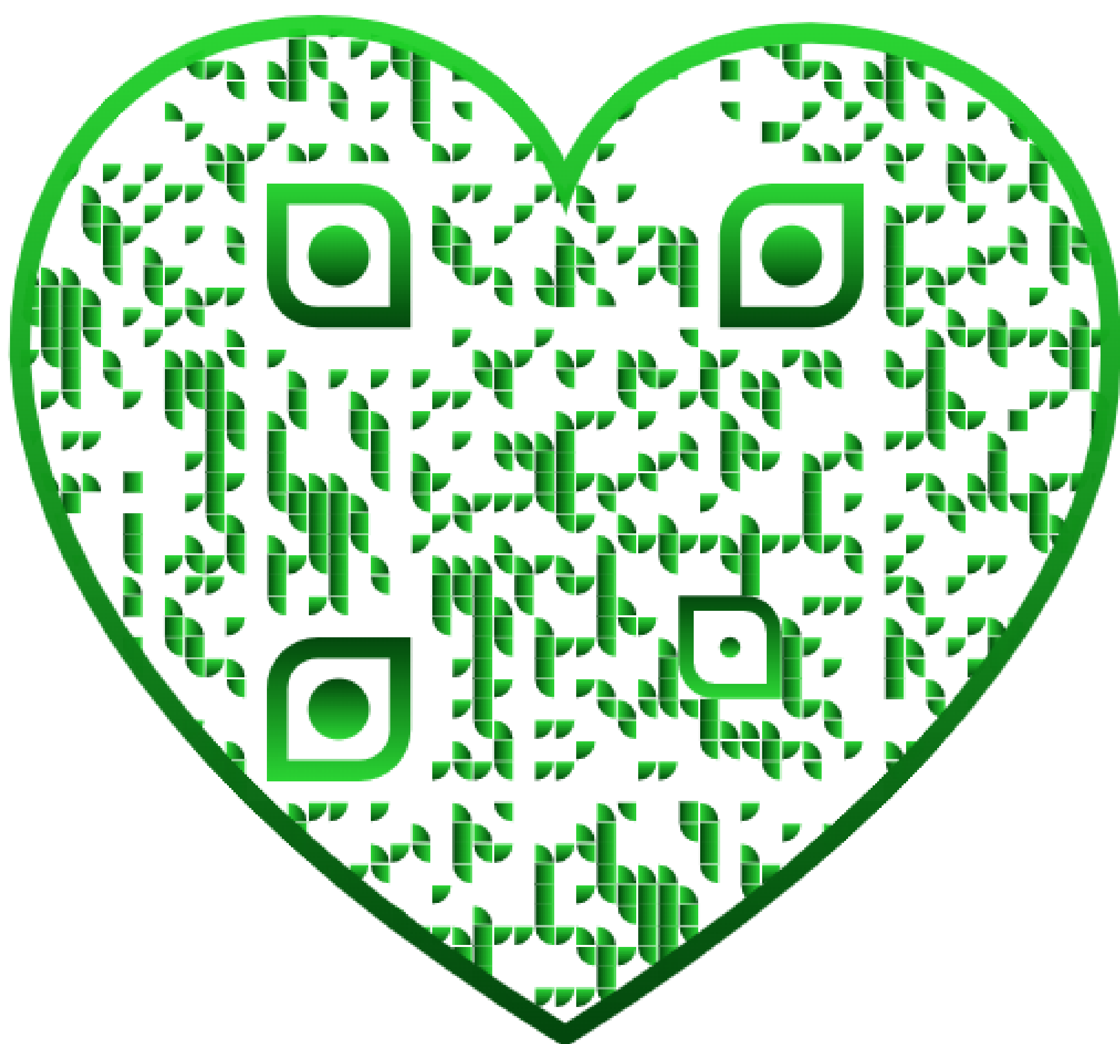
1. Introdução: a crise da "psicologia social psicológica"; 2. A corrente psicológica dominante na disciplina e o desafio da relevância social; 3. A auto-suficiência e o isolacionismo acadêmico da "psicologia social psicológica" dominante; 4. O reconhecimento da natureza biopsicológica e sócio-histórico-cultural da psicologia social; 5. As perspectivas da psicologia social de fundamentação psicológica "behaviorista radical"; 6. Conclusão: uma "psicologia social psicológica" socialmente relevante e suas implicações para a educação.

1. Introdução: a crise da "psicologia social psicológica"

No decorrer da última década, foi cada vez mais amplamente reconhecida, por parte dos psicólogos sociais de formação psicológica, a existência de uma complexa situação de crise em sua disciplina. Certamente, o próprio reconhecimento da crise e suas mútiplas interpretações ou explicações, proporcionadas por autores de diferentes orientações e interesses acadêmicos, têm contribuído para o aumento de suas proporções, ao tornarem explícitos (e, portanto, menos facilmente conciliáveis ou escamoteáveis) diversos desacordos que permaneciam latentes ou dispersos no extenso e multifacetado campo de estudos da "psicologia social psicológica".

Cada um dos analistas da crise dessa psicologia social tem-se esforçado por identificar seus determinantes — metodológicos, teóricos, ideológicos etc. — e, em consonância com seus respectivos diagnósticos, propor as soluções particulares que consideram mais corretas, eficazes ou viáveis. A rigor, crises em uma disciplina acadêmica constituem, elas próprias, mormente quando discutidas e divulgadas de modo amplo, processos psicossociais complexos, que tendem a desacreditar na prática qualquer projeto de solução que seja meramente fruto de preferências ou convicções pessoais isoladas. Por outro lado, o desdobramento histórico-institucional

* Mestre em Psicologia pela FGV; professor no Instituto de Psicologia e Comunicação Social da UERJ; professor no IESAE/FGV.



da crise e seu eventual desfecho não deixarão de ser, de algum modo, influenciados pelo confronto das análises e posicionamentos desses autores. Justifica-se, assim, que sua discussão seja mantida em foco pela indefinida "comunidade" dos psicólogos sociais de formação acadêmica básica em psicologia.

O presente artigo buscará esboçar um quadro, mais ilustrativo do que de exaustivo arrolamento, dos principais posicionamentos acerca da crise explicitamente assumidos por alguns eminentes psicólogos sociais brasileiros e estrangeiros. Serão feitas também breves apreciações críticas dos argumentos desenvolvidos por esses estudiosos, tomando-se como referencial básico a caracterização anteriormente sugerida da crise como fenômeno psicossocial em si própria. Nesse mesmo sentido, não se furtará o autor a apresentar seu julgamento particular quanto ao que poderia vir a ser uma melhor psicologia social para (ou de) psicólogos, apoiando alguns dos argumentos previamente resenhados e rejeitando outros. Adicionalmente, serão explicitadas sob a forma de reflexões sucintas, as implicações de tal "psicologia social psicológica alternativa" para a educação enquanto atividade humana socialmente relevante.

2. A corrente psicológica dominante na disciplina e o desafio da relevância social

Parece já agora oportuno esclarecer que a expressão "psicologia social psicológica", tomada de Stryker (1977) entre outros, será aqui empregada para designar, de modo extensivo, o conjunto dos trabalhos de todos os psicólogos sociais de formação psicológica, incluindo aqueles que por suas preocupações e métodos estariam talvez mais próximos do que se poderia chamar de "psicologia social sociológica", de "psicologia transcultural", de "psicologia histórica", e assim por diante. Tal ampliação provocativa do termo pode justamente constituir um bom começo para a discussão de sua crise, por ensejar um confronto com a concepção mais estrita da psicologia social sustentada pela corrente psicológica que tradicionalmente, e mesmo ainda após o advento da crise, tem dominado esse campo de estudos.

A corrente assim tida como dominante é originária dos centros acadêmicos norte-americanos, e pode ser caracterizada, em linhas gerais, como de filiação teórica cognitivista, orientação metodológica experimentalista, e mais dedicada à chamada "pesquisa pura" do que à "aplicada". A crise da psicologia social seria então, antes de mais nada, segundo alguns autores, uma situação vivida especificamente por essa corrente dominante. Com efeito, Aroldo Rodrigues (1978) a interpreta como uma "crise de identidade" dos psicólogos sociais que tiveram sua preparação acadêmica pautada pelos requisitos do modelo tradicional. Segundo Rodrigues,

ter-se-ia instalado em tais psicólogos uma espécie de conflito entre sua formação científica orientada para a investigação pura dos fenômenos psicossociais e as algo recentes exigências ou expectativas, levantadas e alimentadas por certos setores da comunidade acadêmica e por leigos relativamente bem informados, de que os trabalhos desenvolvidos sob o rótulo de psicologia social se caracterizem por um maior grau de relevância social, ou seja, que contribuam mais efetiva e urgentemente para a solução dos graves problemas sociais típicos das modernas sociedades humanas. Rodrigues argumenta ainda, e de modo bastante convincente, que os questionamentos não se dirigem basicamente, como muitos pensam, contra o emprego preferido do método experimental e sua suposta inerente produção de resultados irrelevantes ou praticamente estéreis. Para rebater essa associação simplista entre experimentação e irrelevância social, é lembrado o célebre estudo de Zimbardo (1971, apud. Rodrigues, 1978) sobre os comportamentos típicos de guardas e prisioneiros, conduzido com todo o rigor metodológico experimental em uma cadeia simulada no subsolo da Universidade de Stanford, e que foi muito bem aceito pelos proponentes de uma "psicologia social relevante".

Como o mais conhecido e produtivo representante brasileiro da tradição norte-americana em psicologia social, Aroldo Rodrigues a defende, caracterizando as causas de sua crise como exógenas: as críticas dos novos "psicólogos da relevância social", que começam a ingressar na disciplina mas que simplesmente "erraram de profissão; deviam eles ter sido políticos e não cientistas" (Rodrigues, 1978, p. 8). Seus questionamentos, bem como as expectativas que criam em estudantes, leigos interessados e trabalhadores sociais diversos, é que produziriam a crise, ao suscitar dúvidas no psicólogo social de formação tradicional quanto à sua própria identidade prévia de "cientista puro", sem compromissos ideológicos, e realizando um trabalho que por sua própria natureza deveria ser capaz de concorrer apenas indiretamente para a promoção do bem-estar humano.

Há, certamente, na posição do Prof. Aroldo Rodrigues alguns aspectos discutíveis, em termos principalmente do tipo de solução para a crise da psicologia social nela implicado. Antes de mais nada, os assim chamados "psicólogos sociais da relevância" existem de fato, positivamente: intitulam-se psicólogos sociais, ministram aulas de psicologia social a estudantes universitários, e, se não conduzem pesquisas experimentais nos moldes clássicos da psicologia social dominante (porque despreparados para tal, julga Rodrigues), discutem, escrevem, propõem alternativas com referência aos temas mais atuais de psicologia social; não podem ser considerados negativamente como meros emuladores indesejáveis dos psicólogos sociais de formação mais tradicional. Suas próprias concepções acerca das direções em que deva se orientar a psicologia social fazem já elas mesmas parte da psicologia social, se

entendida esta como um empreendimento sócio-acadêmico histórica e culturalmente tangível; não podem ser simplesmente eliminados, para que a disciplina, como quer Rodrigues, "recupere o ambiente propício ao seu desenvolvimento que existia nas décadas anteriores" (Rodrigues, 1978, p. 10).

Edward Sampson (1978), ao contrário de Aroldo Rodrigues, reconhece a legitimidade cultural e epistemológica mesma da existência desses novos psicológos sociais. Admite esse autor que o paradigma científico do tipo "ciência natural", que busca, através principalmente do método experimental, estabelecer um conhecimento transcendente e independente de qualquer sociedade particular ou período histórico, permanece o dominante na psicologia social contemporânea; e isto em contraste com um "contramovimento romântico e historicista", para o qual as assim chamadas verdades científicas, assim como qualquer outra forma de conhecimento, são historicamente enraizadas e culturalmente condicionadas. Considerando que um dado paradigma científico pode favorecer ou impedir a entrada de certos tipos de pessoas no campo dominado por esse paradigma, Sampson denuncia que no caso da psicologia social encontram-se presentemente impedidos de uma participação mais efetiva na disciplina os seguintes tipos: pessoas que mantêm preocupações mais comunitárias ou interesses culturalmente "femininos"; pessoas provenientes de grupos sociais minoritários, que valorizam a compreensão única que têm de sua própria condição em detrimento do conhecimento supostamente objetivo que a prática dominante poderia alcançar com relação a seus problemas; pessoas de inclinação político-social mais ativista, que concebem o paradigma dominante como sustentando o *statu quo* que eles julgam deve ser mudado. O autor não descarta, entretanto, a possibilidade de que venha a ocorrer uma mudança paradigmática na psicologia social, em função do aumento do número de tais pessoas que consigam penetrar nesse campo de estudos e resistir à cooptação pelo paradigma dominante. Ainda, e em oposição à crença de Rodrigues quanto à indesejabilidade de que os dois paradigmas operem simultaneamente ou interajam, Sampson favorece a alternativa de se assegurar iguais *status* a ambas as concepções epistemológicas da psicologia social, de modo a que uma síntese dialética possa finalmente ser atingida.

Embora possa parecer que os comentários de Sampson ora trazidos à baila não correspondam exatamente às objeções de Aroldo Rodrigues contra o assédio dos proponentes de uma "psicologia social relevante", cabe observar que tal assédio provém primariamente de psicólogos que não se identificam com o paradigma dominante. São os que proclamam que toda atividade de produção de conhecimento, acadêmica ou não, é ideológica por natureza, incluindo aquelas em que eventualmente se engajam eles mesmos; e é, certamente, de seus posicionamentos ideoló-

gicos particulares e razoavelmente explícitos que emergem os reclamos de relevância social. Segundo eles, os psicólogos sociais tradicionais não se preocupam com que seus próprios trabalhos sejam socialmente relevantes, e aborrecem-se quando outros lhes fazem essa exigência, não exatamente porque sejam não-ideológicos, mas porque não reconhecem o caráter ideológico de sua atividade. Se houvesse tal reconhecimento — prossegue o argumento — a aparente irrelevância da psicologia social que têm produzido seria aberta e declaradamente considerada por eles mesmos como instrumento eficaz da ideologia da permanência ou imutabilidade das relações entre os homens, já que pretendem tê-las descrito com precisão e as interpretado corretamente em termos teóricos gerais, universais e trans-históricos.

3. A auto-suficiência e o isolacionismo acadêmico da "psicologia social psicológica" dominante

As algo contundentes considerações críticas do item precedente introduzem uma outra importante questão pertinente à crise da psicologia social. Trata-se de saber se os padrões de interação social humana apresentam efetivamente um grau de permanência e universalidade que justifique os relativamente elevados níveis de abstração e generalidade em que têm sido formuladas muitas das explicações teóricas da "psicologia social psicológica" dominante. Tal psicologia social apresenta-se comumente como um ramo ou divisão da psicologia e reconhece que, além de a essa filiação se dever sua preferência pelo método experimental, suas teorias particulares têm derivado dos princípios mais gerais já estabelecidos no âmbito daquela ciência. Não obstante, ao desenvolver suas proposições teóricas acerca dos fenômenos psicossociais, parece freqüentemente pretender que estas possuam um caráter tão básico quanto as da psicologia geral. Paralelamente, segundo alguns de seus críticos, tem ela também procurado afirmar, explícita ou implicitamente, sua autonomia em relação às demais ciências sociais ou humanas. Auto-suficiência e isolacionismo acadêmico — é esta enfim a impressão que se pode justamente formar das disposições da "psicologia social psicológica" existente (ou dominante), pela simples inspeção de sua produção maciça.

Em um artigo intitulado Social psychology as history, que desencadeou uma polêmica já hoje famosa, Kenneth Gergen (1973) faz uma vigorosa carga contra essas pretensões. Em linhas gerais, Gergen denuncia que praticamente tudo o que se tem produzido sob a rubrica de psicologia social constitui simplesmente uma investigação histórica, uma descrição metodologicamente sofisticada de alguns padrões de interação humana vigentes nas sociedades ocidentais do século XX. Dizendo de outra forma, os resultados das pesquisas empíricas conduzidas pelos psicólogos sociais, bem como as teorias que as teriam orientado não possuem uma nítida vali-

dade trans-histórica. Sintetizando o conteúdo de sua principal argumentação, diz esse autor que "se examinamos cuidadosamente as principais linhas de pesquisa durante a última década, prontamente constatamos que as regularidades observadas, e portanto os mais importantes princípios teóricos, estão firmemente ligadas a circunstâncias históricas" (Gergen, 1973, p. 315). Ainda, considerando que existe uma profunda diferença entre os processos experimentalmente estudados pela psicologia geral e aqueles de que se ocupam os psicólogos sociais de formação psicológica, Gergen sustenta que "é um erro considerar os processos em psicologia social como básicos no sentido da ciência natural"; ao invés disso, prossegue, "eles podem ser em grande parte considerados como a contrapartida psicológica de normas culturais" (Gergen, 1973, p. 318).

Um desdobramento antagônico dessas considerações críticas foi proporcionado por Barry Schlenker em um artigo de réplica intitulado Social psychology and science (1974). Tal polêmica Gergen-Schlenker, embora estimulante em si mesma por sua alta qualidade formal e erudição, caracteriza-se por um certo desencontro entre intenções e argumentos. Uma das principais intenções de Gergen, por exemplo, parece ter sido mostrar a inadequação de uma "psicologia social psicológica" que se mantenha isolada das demais ciências sociais/humanas, como o atestam os seguintes trechos ilustrativos de um dos projetos de solução, que ele crê em curso, para a crise da psicologia social: "As estratégias particulares de pesquisa e sensibilidades do historiador poderiam ampliar a compreensão da psicologia social, passada e presente. (...) Do mesmo modo, os historiadores poderiam se beneficiar das metodologias mais rigorosas empregadas pelo psicólogo social, bem como de sua particular sensibilidade para as variáveis psicológicas. (...) Fatores políticos, econômicos e institucionais são todos *inputs* necessários para a compreensão de uma forma integrada. Uma concentração exclusiva na psicologia proporciona uma compreensão distorcida da nossa condição presente" (Gergen, 1973, p. 319). Não obstante, para denunciar falhas na psicologia social existente, Gergen usou argumentos que, se logicamente generalizados, têm o efeito de comprometer o *status* científico não só da psicologia social mas de todas as chamadas ciências sociais ou humanas. Tal procedimento termina assim por invalidar a própria proposta de integração ou articulação de conhecimentos, a não ser que se conceba que fatores de ordem política, econômica ou sociológica em geral (institucionais) possam ser apreendidos pelos psicólogos independentemente de exaustivas e sistemáticas visitas à produção das instituições acadêmicas legitimadas da ciência política, da economia, da sociologia, da antropologia, e enfim da própria história. Por seu turno, estimulado pelo discurso de Gergen, Schlenker arremeteu de modo excessivamente direto e quase exclusivo contra os argumentos do primeiro acerca de uma distinção epistemológica básica entre as ciências naturais e as ciências so-

ciais. Deixou ele, assim, de discutir mais profunda e extensamente a questão de uma possível ou não autonomia da psicologia social; seu breve parágrafo sobre a "atividade interdisciplinar" é decepcionantemente genérico e convencional.

Uma posição bem mais definida no que se refere à negação de autonomia à psicologia social é assumida por Jean Maisonneuve (1977), para quem a "psicossociologia" — como ele a prefere chamar, para evitar uma acentuação indevida da psicologia na constituição da disciplina — é uma "ciência-charneira" entre a psicologia e a sociologia. Na verdade, o objeto dessa psicossociologia não diferiria essencialmente daquele que os demais psicólogos sociais têm reconhecido, ou seja, os processos interacionais — entre fenômenos psicológicos e sociais, entre indivíduos e grupos, entre abordagens objetivas do indivíduo em situação social e o sentido vivido que a situação assume para o indivíduo. Mas, embora se postule a especificidade de seu objeto, a psicossociologia não seria uma disciplina autônoma, "pois não se poderia constituir sem certas contribuições preliminares de cada uma das duas ciências das quais quer ser a charneira" (Maisonneuve, 1977, p. 6). Maisonneuve parece verdadeiramente convencido de que, ao recusar-lhe qualquer caráter autônomo, e ao atribuir-lhe uma função precípua de articulação entre duas ordens de conhecimento, confere à psicologia social uma tarefa e um alcance científicos mais amplos. O principal interesse dessa concepção reside, assim, em proporcionar uma alternativa academicamente valorizada para o mui justamente questionado isolacionismo da "psicologia social psicológica" tradicional.

4. O reconhecimento da natureza biopsicológica e sócio-histórico — cultural da psicologia social

Uma outra linha de discussão bastante fecunda acerca da crise da psicologia social é encontrada em alguns trabalhos do Prof. Eliezer Schneider. Para começar, Schneider (1978*a*) considera que os "fortes sinais de um movimento (por parte dos psicólogos sociais) de afastamento do laboratório e em direção da observação naturalística e experimentação de campo como métodos de pesquisa... (representam um) ... alargamento e renovação da disciplina básica das ciências sociais" (Schneider, 1978*a*, p. 17). Observe-se que uma nova questão controvertida está sendo aqui levantada: rejeitada a autonomia e o conseqüente isolacionismo da psicologia social, poderia ela ainda, ou alternativamente, ser considerada uma disciplina básica? Supor-se básica não implicaria necessariamente tentativas de estabelecimento de leis e princípios abstratos e universais, de modo que permanecesse excluída do domínio dessa disciplina a investigação de importantes fenômenos mais sujeitos a flutuações históricas e culturais? A rigor, o problema só existe para quem adere a uma concepção hierárquica rígida e estanque das ciências biológicas, sociais e

humanas. Uma disciplina pode ser básica justamente por não ser autônoma, ou seja, pelo fato de que os fenômenos de que ela tipicamente se ocupa apresentarem uma dupla natureza – biológica e social, por exemplo, como no caso da psicologia. Na verdade, é à própria psicologia que Schneider atribui, em outra obra (1978*b*), o *status* de ciência social básica, por sua natureza biossocial intrínseca, "área de conexão (...) entre as chamadas ciências naturais e as sociais" (Schneider, 1978*b*, p. 6). Nesse sentido, esclarece ainda o autor: "Ao caracterizarmos, portanto, a psicologia como ciência social básica – ao invés de um domínio à parte, distante das ciências naturais e inconfundível com as ciências sociais (...) – estamos enfatizando o papel de elo unificador da ciência da conduta e a necessidade de sua maior participação e integração no campo dos estudos teóricos e práticos sociais, econômicos e políticos" (Schneider, 1978*b*, p. 38). Quanto à psicologia social em si, o quadro é o seguinte: seria ela básica em sua terminalidade idealmente projetada (e provavelmente inalcançável), exigindo-se para isso, entre outras coisas, o alargamento e renovação metodológicas a que alude Schneider; mas não seria absolutamente autônoma em seu processo de constituição, e sim amplamente dependente das próprias ciências que pretende posteriormente fundamentar. A conclusão, já agora óbvia, e que deverá permear todo o restante desenvolvimento do presente artigo, é simplesmente a de que a psicologia social – domínio acadêmico por excelência de encontro entre o individual e o coletivo, o biológico e o cultural, o subjetivo e o objetivo, a mudança e a permanência, a igualdade e a diversidade – não pode ser pensada senão em termos dialéticos amplos e flexíveis.

Como uma primeira aproximação ilustrativa de tal tratamento da psicologia social, são tecidas a seguir algumas considerações acerca da natureza das contribuições que a psicologia, por intermédio de seus estudiosos, pode mais legitimamente proporcionar para o desenvolvimento daquela complexa disciplina. Os processos biopsicológicos ou comportamentais, com os quais caracteristicamente deve lidar o psicólogo (pelo menos, quando se dispõe a explorar um dos limites extremos do domínio de sua disciplina), deveriam ser considerados básicos, no sentido de constituírem as bases permanentes sobre as quais é desenvolvida e continuamente modificada a multifacetada vida social humana. O estudo científico desses processos comportamentais em seus próprios termos genéricos não seria, obviamente, capaz de levar à formulação de predições universalmente válidas acerca de fenômenos psicossociais específicos, na ausência de informações adicionais proporcionáveis por outras disciplinas, a saber, as ciências sociais ou humanas. A não-permanência histórica dos padrões de comportamento social humano, como denunciada por Gergen, não é em si uma constatação suficiente para desacreditar a permanência daqueles processos comportamentais básicos; ela indica tão-somente que fatores ou

circunstâncias não apreensíveis pela psicologia (em sua dimensão estrita de extensão da biologia) interagem com tais bases comportamentais, de modo a produzir os instáveis e cambiantes padrões manifestos de interação social. À história, à ciência política, à economia, à sociologia e à antropologia cabe, por suas próprias vocações e habilidades, o esforço de identificação, descrição e codificação teórica desses fatores e de seu inter-relacionamento. O fato de que algumas das formulações mais ambiciosas desenvolvidas no âmbito dessas ciências busquem negar ou minimizar a participação dos fatores biopsicológicos na produção dos assim chamados fenômenos sócio-histórico-culturais não justifica as atitudes assumidas por diversos psicólogos na defesa de uma "psicologia social psicológica" autônoma, na qual a ocupação com os processos comportamentais básicos é deixada de lado em proveito de abordagens psicológicas supostamente superiores (como as teorias cognitivistas, por exemplo); tais abordagens — esclareça-se — devem, para serem tão convictamente auto-suficientes na explicação do comportamento social humano, ter já incorporado em suas proposições, de modo sincrético (e provavelmente ilusório), os próprios determinantes histórico-institucionais de cuja explicitação pretendem poder prescindir. Não se justifica também que, por um excesso de cautela, os psicólogos de disposição "sociotrópica" (para usar um termo ao gosto de Schneider) se sintam constrangidos a evitar a exploração da outra fronteira extrema — a psicossociológica — do seu domínio disciplinar, e se concentrem exclusivamente nos fenômenos biopsicológicos, com os quais se encontram certamente mais familiarizados. Tal efetiva familiarização, associada a uma sensibilidade de amplo espectro para com a imprescindibilidade do saber produzido pelas ciências sociais/humanas, deve, na verdade, lhes permitir delinear mais realisticamente as contribuições que a sistematização teórico-conceitual dos processos comportamentais de base pode proporcionar ao irrecusável projeto de desenvolvimento de um conhecimento científico integrado do "homem em sociedade".

A esse propósito, uma ilustração de um adequado "senso de medida" da participação possível (mas não desvalorizada, adiante-se) da psicologia no estudo acadêmico integrado do homem é fornecida por Rogélio Díaz-Guerrero (1972) em seu esboço de uma "teoria histórico-biopsico-sócio-cultural do comportamento humano". Para Díaz-Guerrero, os "porquês" são dados pelas "premissas histórico-sócio-culturais" vigentes em uma determinada sociedade. Pela psicologia, entendida como extensão natural da biologia, só podemos apreender os "comos" do comportamento, ou seja, os processos instrumentais — percepção, aprendizagem, etc. — de concretização daquelas premissas nas ações vitais dos indivíduos. Está aí evidentemente proposto um modo de integração entre as ciências biopsicológicas e sócio-histórico-culturais capaz de, pelo caráter logicamente necessário da articulação "porque-como", neutralizar as pretensões absolutistas que ambas as partes têm

manifestado tão freqüentemente ao longo de seus próprios desenvolvimentos acadêmicos. Particularmente aos psicólogos cabe inclusive lembrar que o "como os indivíduos chegam a se comportar de certos modos" não constitui um tema do estudo menos nobre que o do "porque o fazem", mormente quando, por um processo cientificamente legítimo de abstração, os "comos" podem ser conceptualizados em termos universais e trans-históricos, em nítido contraste com o particularismo e a não-permanência que caracterizam extensamente os "porquês".

5. As perspectivas da psicologia social de fundamentação psicológica "behaviorista radical"

Parece, enfim, oportuno que o autor do presente artigo explicite seu próprio julgamento quanto ao que poderia vir a constituir uma "melhor psicologia social para (ou de) psicólogos"; e isto sob a forma de um algo relativamente longo exercício de seleção e composição de argumentos formulados por alguns lúcidos estudiosos do homem, da sociedade e da ciência. A proposição inicial e fundamental desse exercício, e que representa também uma conclusão à série de comentários críticos tecidos até o momento, é a seguinte: uma psicologia social de psicólogos poderá ser tanto mais básica quanto mais básicas sejam as formulações psicológicas sobre as quais se apóie, e poderá ser tanto mais autônoma quanto mais tenda ativamente a ignorar as realizações das demais ciências sociais. Em síntese, o que se propõe é que a "psicologia social psicológica" passe a se esforçar por ser básica e deixe de se pretender autônoma. Trata-se, desse modo, de uma adesão à concepção global de *Maisonneuve* da psicologia social (ou psicossociologia) como "ciência-charneira", com a única diferença de que se prefere particularizar um dos pólos do processo de articulação e generalizar o outro; ou seja, ao invés de pensar na disciplina como "charneira" entre a psicologia e a sociologia, circunscreve-se o primeiro desses termos à "psicologia do comportamento", ou mais especificamente ao "behaviorismo radical" de Skinner, e amplia-se o segundo termo de modo a englobar todas as ciências sociais e/ou humanas. Poucas objeções podem ser levantadas contra esta última substituição de termos — sociologia por ciências sociais/humanas — a não ser a de que tornaria a tarefa da psicologia social extremamente ambiciosa ou irrealizável na prática; objeção que vem afinal a ser irrelevante, se considerado aqui o único propósito de caracterização epistemológica ideal de uma disciplina. Já a eleição de um sistema psicológico particular para informar a "psicologia social psicológica", e em especial se tratando do behaviorismo skinneriano, deve seguramente fornecer material para muita discordância polêmica. Em função dessa previsão, o restante deste item será dedicado exclusivamente à discussão das possibilidades da "psicologia do comportamento" em proporcionar bases adequadas para a constituição de uma psicologia social alternativa à que ora se apresenta em crise.

Pode-se começar tal discussão sugerindo que a crise da "psicologia social dos psicólogos" talvez se deva em boa parte à predominância do paradigma psicológico cognitivo e à sua conhecida histórica incompatibilidade com o paradigma comportamental. Realmente, tanto a psicanálise quanto o behaviorismo foram mantidos algo à margem da corrente principal de desenvolvimento da disciplina; pelo menos a partir do tremendo impulso representado pelos trabalhos pioneiros de Kurt Lewin, Solomon Asch e Fritz Heider, e prosseguindo com a produção maciça e ininterrupta de seus já não menos famosos discípulos. Embora não reste dúvida de que a tão festejada e aparentemente promissora psicologia social das décadas de 50 e 60 (e que tem sobrevivido ainda ao longo dos anos 70 e 80) tenha sido de inspiração essencialmente cognitivista, é interessante assinalar que isso não parece imediatamente óbvio àqueles que começam a se familiarizar com a "psicologia social psicológica" existente e a se descontentar com ela. Nesse sentido, por exemplo, Aroldo Rodrigues (1979) se queixa de que "nos últimos anos tem vigorado entre razoável parte dos alunos e mesmo entre alguns professores do departamento a que pertenço a crença de que eu sou (...) um experimentalista de orientação behaviorista", e apressa-se a corrigir esse engano afirmando a existência de "claras inclinações por uma psicologia cognitiva" em seus trabalhos (Rodrigues, 1979, p. 23). Com certeza, a flagrante preferência desse autor pelo método experimental terá contribuído para a sua categorização errônea como teórico behaviorista; e o mesmo provavelmente acontecendo com outros expoentes da "psicologia social psicológica" dominante.

Na verdade, produções acadêmicas a que se possa legitimamente atribuir um cunho behaviorista radical caracterizam-se, mais do que pelo uso preferencial de um dado método de pesquisa, por uma concepção filosófica materialista ou naturalista do homem como organismo biológico em contínua interação com seu meio-ambiente. Tal concepção implica, ademais, que essa interação é assegurada por processos suficientemente básicos e gerais para operarem tanto em situações não sociais (ou seja, em transações com o ambiente natural) quanto em situações sociais (ou seja, em que o ambiente é constituído por outros indivíduos ou seus produtos). Dizendo de outra forma, para o trabalho acadêmico behaviorista não é necessário, e nem possível mesmo, o delineamento de supostas dimensões racionais, morais ou afetivas de alguma "natureza humana" única e imutável; igualmente prescindíveis e irrelevantes são quaisquer conjecturas acerca da existência de uma "ordem do social" essencialmente diversa da ordem natural do mundo. É justamente na simplicidade de suas formulações (que, alguns, diga-se de passagem, insistem em considerar "simplistas") que reside a superioridade da psicologia do comportamento na construção de uma psicologia social básica.

Tal superioridade é demonstrada, por exemplo, pelo fato de as formulações comportamentais estritas sobre a vida humana não se mostrarem, à diferença das formulações cognitivas e motivacionais, vulneráveis à desconfirmação por dados empíricos produzidos no âmbito da sociologia, da antropologia ou da história. Nesse sentido, é interessante notar que, ao mesmo tempo em que tendem a invalidar essas últimas versões psicológicas da "natureza humana" quando as submetem à prova empírica, sociólogos, antropólogos e historiadores são também freqüentemente responsáveis pela difusão preferencial de uma ou outra dessas concepções do "psiquismo humano" quando constroem suas próprias teorias explicativas. A questão parece ser a de que muitos desses cientistas sociais (não todos, obviamente) sentem que não podem prescindir de formulações psicológicas de base — explícitas ou implícitas — para o desenvolvimento de seu trabalho teórico; e, quando não vão buscá-las simplesmente nas tradições filosófica, literária ou popular, tomam-nas por empréstimo a algum sistema psicológico (comumente dos tipos cognitivo ou psicodinâmico) já constituído. Em qualquer caso, o que conseguem com mais freqüência são contribuições "psicologistas", ou seja, modelos mais ou menos sofisticados da estrutura e/ou funcionamento dos "corações e mentes" dos homens; contribuições enfim que, quando cumprindo suas tarefas empíricas metodologicamente criteriosas, eles mesmos — sociólogos, antropólogos, historiadores, cientistas políticos, economistas — se vêem compelidos a desacreditar, total ou parcialmente. Em termos algo grosseiros, pode-se pintar do seguinte modo a situação: os cientistas sociais precisam de uma psicologia básica que, combinada com as descobertas que podem fazer eles próprios, os ajude a explicar o homem nas dimensões que suas respectivas disciplinas privilegiam; ao invés disso, recebem da maioria dos psicólogos a que apelam uma psicologia "superestrutural", com o nítido sabor de explicação pronta e global, que, impondo *a priori* limites e direções à pesquisa desses cientistas, não faz mais do que atrapalhar suas atividades de produção acadêmica de conhecimento. A rigor, suas atitudes com relação às contribuições proporcionáveis pelos psicólogos são bastante diversificadas: alguns aceitam-nas, selecionando-as de modo aleatório ou pouco crítico; outros, em conformidade com uma tradição "durkheimiana", rejeitam-nas em bloco; outros, tendo já sido prejudicados por uma anterior aliança com alguma posição "psicologista", convencem-se, por generalização, da esterilidade ou irrelevância de toda a psicologia para o seu trabalho acadêmico; outros, ainda, lançam esse mesmo veto à psicologia científica, mas vão buscar ajuda na psicanálise, percebida como uma alternativa oposta e promissora em função de sua relativa (e, por que não dizer, algo cultivada) marginalidade acadêmica; e, finalmente, uns poucos descobrem o "behaviorismo radical" — a alternativa que, antipsicologista por excelência, não resvala para um biologismo rígido (do qual os cientistas sociais aprenderam a desconfiar já há bastante tempo), e lhes permite superar o risco sempre presente de permanecerem em seus "sociologismo", "historicismo" ou "culturalismo" nativos.

Seguramente, o melhor representante dessa última atitude é George Homans, autor que se considerou sempre um sociólogo mas chegou a elaborar uma psicossociologia realmente informada por uma psicologia básica. A rigor, sua teoria particular terminou por assumir um caráter autocontido, em contraste portanto com a proposta aqui delineada, e já anteriormente formalizada em *Psicologia do controle social* (Sá, 1979), de desenvolvimento contínuo de um máximo de articulações possíveis entre o behaviorismo skinneriano e as mais significativas investigações e/ou formulações sociológicas, históricas, políticas, antropológicas, econômicas e ecológicas. Não obstante, a exposição — em The relevance of psychology to the explanation of social phenomena (1970) — de suas razões filosófico-científicas para associar seu próprio conhecimento e sensibilidade quanto às variáveis sociológicas com o sistema psicológico de Skinner demonstra cabalmente a fecundidade do projeto ora defendido. Segundo Homans, distinguem-se quatro tipos correntes de explicação dos fenômenos sociais: estruturais, funcionais, históricas e psicológicas. Sucintamente, sua avaliação crítica dessas explicações é a seguinte: c tipo estrutural não constitui uma explicação, porque, embora possa ser posto sob uma forma que superficialmente pareça um sistema dedutivo, nenhuma de suas proposições é mais geral do que as outras; o tipo funcional é não-contingente, ou seja, dados, fatos ou evidências empíricas não cumprem um papel crucial na aceitação ou rejeição de suas proposições; o tipo histórico é logicamente redutível ao psicológico, já que as proposições gerais não explicitadas que deveriam funcionar como premissas maiores de seu sistema dedutivo são de natureza psicológica; finalmente, por exclusão, conclui-se que o único tipo de explicação que retém alguma viabilidade em termos de ciências sociais é o psicológico. Tendo caracterizado como explicações psicológicas aquelas que empregam proposições presumivelmente válidas e gerais com respeito ao comportamento de todos os homens como indivíduos, Homans prossegue argumentando que a "proposição psicológica da racionalidade", que os historiadores implicitamente empregam com mais freqüência, não são suficientemente gerais para prover uma explicação adequada de qualquer acontecimento histórico-social. Segundo o autor, a "psicologia do comportamento" de Skinner é a teoria que proporciona o conjunto mais amplo de proposições básicas, capazes mesmo de englobar e complementar a "proposição da racionalidade". Esta, por exemplo, lida apenas com o presente, já que os dados de que se serve são as percepções atuais dos indivíduos envolvidos no acontecimento ou situação social que se quer explicar; enquanto isso, a "psicologia do comportamento" explica inclusive tais percepções, relacionando-as às experiências passadas desses indivíduos, ou melhor, acaba por eliminar esse termo intermediário — percepção — e explica o comportamento presente diretamente em função da experiência passada, o que interessantemente faz dela uma teoria histórica em si própria.

Uma outra importante e controvertida questão discutida por Homans focaliza o assim chamado "individualismo metodológico" em oposição ao "socialismo metodológico" (que, desnecessário dizer, não deve ser confundido com socialismo político e econômico). O que o primeiro sustenta é que "todos os fenômenos sociais podem ser analisados sem resíduos em ações de indivíduos" (Homans, 1970, p. 325); ou seja, que as proposições sociológicas acerca de supostas características globais ou emergentes de grupos ou agregados sociais podem ser em princípio derivadas de (ou reduzidas a) proposições sobre o comportamento de indivíduos. Para o "socialismo metodológico", ao contrário, existiriam proposições sociológicas gerais não redutíveis a proposições psicológicas, e das quais inclusive poderiam ser derivadas proposições sobre o comportamento individual. Na verdade, Homans admite que não há nenhum argumento filosófico de ordem superior capaz de resolver essa disputa, e desenvolve sua defesa do "individualismo metodológico" apelando para o que ele chama de evidência corrente, ou seja, uma espécie de confronto (que não será aqui pormenorizado) entre proposições já de fato formuladas segundo uma e outra daquelas orientações.

Aparentemente, qualquer "psicologia social psicológica" deveria estar vinculada ao "individualismo metodológico" defendido por Homans, mas como observa Le Ny (1976), "a concepção de psicologia social (...) centrada essencialmente no indivíduo não corresponde a algumas tendências americanas que se organizam a partir da noção de grupo e desenvolvem mais uma microssociologia (visando, por vezes, juntamente uma sociologia completa)" (Le Ny, 1976, p. 96). Tal comentário, embora pareça envolver mais diretamente aquilo a que se chamou anteriormente de "psicologia social sociológica", aplica-se também a uma das principais linhas de investigação da "psicologia social psicológica" dominante — a "dinâmica de grupo". Le Ny assim critica essas tendências: "Penso que é necessário atermo-nos, em psicologia, aos problemas relativos ao indivíduo. (...) a passagem deste nível ao da sociedade e reciprocamente coloca problemas de difícil resolução. Não penso que possamos resolvê-los corretamente interpondo uma realidade intermédia como o grupo" (1976, p. 96). Essa mesma posição é consistentemente mantida pelo "behaviorismo radical" de Skinner: o grupo social, entendido como o conjunto de processos comportamentais verificados entre um pequeno número de indivíduos em estado de agregação, constitui um fenômeno a ser explicado, e não algo que, meramente descrito, possa ser usado como explicação de situações e acontecimentos sociais de grandeza e complexidade diversas. Cabe aqui, entretanto, a ressalva de que no sistema psicológico skinneriano este é um pressuposto para "consumo interno", que não tem a pretensão de invalidar epistemologicamente as abstrações extrapsicológicas de grupo, classe social, e assim por diante. É o próprio Skinner que vem esclarecer essa questão: "(...) se formos capazes de explicar o comporta-

mento de pessoas em grupos sem usar nenhum termo novo ou sem pressupor nenhum novo processo ou princípio, teremos demonstrado uma promissora simplicidade nos dados. Isto não significa que então as ciências sociais irão inevitavelmente formular suas generalizações em termos do comportamento individual, pois um outro nível de descrição pode também ser válido, e bem pode ser mais conveniente" (Skinner, 1967, p. 171).

6. Conclusão: uma "psicologia social psicológica" socialmente relevante e suas implicações para a educação

Concluindo, dos fragmentos isolados dos pensamentos de Homans, Le Ny e Skinner, expostos no último item; pode-se fazer emergir didaticamente a tríplice orientação da "melhor psicologia social psicológica" advogada no presente artigo. Em primeiro lugar, reconhece-se a autonomia das ciências sociais/humanas, como fez Skinner ao admitir a validade e conveniência de suas abstrações. Em segundo, nega-se autonomia à psicologial social em sua função precípua de articulação entre ciências verdadeiramente autônomas, como fez Le Ny ao invalidar o conceito de grupo enquanto construção intermediária. Em terceiro, afirma-se o caráter básico da psicologia do comportamento e a possibilidade de sua articulação direta com as interpretações sócio-históricas da vida humana, como fez Homans ao distinguir os diversos tipos de explicação nas ciências sociais, privilegiando o psicológico-comportamental.

Finalmente, a possível relevância social dessa psicologia social alternativa vem a ser ilustrada indiretamente pelo bem-sucedido esforço de Jean-François Le Ny em demonstrar uma importante convergência entre o desenvolvimento da psicologia científica e as idéias marxistas-leonistas, como sistematizado em sua obra *Psicologia e materialismo dialético* (1976). Do capítulo O materialismo e a psicologia social, desse trabalho, foram selecionadas as passagens a seguir transcritas, que devem funcionar como fecho formal deste artigo, na medida em que proporcionam um inequívoco endosso às principais teses nele propostas. Ao mesmo tempo, tais transcrições servirão como idéias deflagradoras para uma consideração das implicações positivas que essa "melhor psicologia social de psicólogos" pode apresentar para as práticas educacionais, especialmente aquelas que também se pretendam socialmente relevantes e politicamente progressistas.

• *Sobre a adequação de uma concepção naturalista do homem que não exclua, e na verdade abra caminho para proposições acerca da determinação social de seu comportamento.:*

"Dizemos, por vezes, que 'toda psicologia é social'. Não é inexato se pretendemos sublinhar que o homem, sendo por natureza 'um animal social', não tem nenhuma parte do seu psiquismo que não esteja marcada por esta característica. (...) Contudo, se queremos ter uma idéia exata do caráter social do psiquismo humano, devemos perspectivá-lo como sendo o fim de um movimento, e perguntar-nos sobre o que se encontra 'antes'. É necessário, pois, manter bem presente no espírito que o homem é o produto de uma longa evolução biológica, que ele próprio pertence ao reino animal, e que é vão pretendê-lo conhecer independentemente desse processo que lhe deu origem. (...) Ora, a experiência mostra que um grande número de leis psicológicas fundamentais são comuns ao homem e ao animal, particularmente aos mamíferos. É esta a justificação dos esforços que fazem os psicólogos e os biólogos para investigar de um modo aprofundado o comportamento do rato, do cão, do macaco, ou mesmo de animais mais afastados do homem. (...) Se é verdade que no homem todo o psiquismo é efetivamente social, tal não significa que não devemos, por vezes, abstrair deste seu caráter. (...) É necessário insistir neste ponto, porque, por vezes, se encontra uma certa tendência para perder de vista aquilo a que se pode chamar o caráter biológico da existência humana, apesar de tão intensamente sublinhado nos escritos dos fundadores do marxismo e, em particular, de Engels" (Le Ny, 1976, p. 65-6).

Com relação às práticas educacionais, isto implica que quaisquer formulações – descritivas, preditivas ou explicativas – desses processos especiais de socialização – em diferentes culturas ou subculturas, classes sociais e épocas históricas – devem ser firmemente articuladas às leis da determinação do comportamento enquanto fenômeno biopsicológico natural. Modernamente, as codificações teóricas de tais processos de modificação do comportamento humano em função de variáveis ambientais sociais mostram-se bastante diversificadas, incluindo muitas soluções de compromisso entre concepções naturalistas e concepções humanistas e racionalistas. Isto aparece flagrantemente resenhado em textos tão abrangentes como os de Zigler & Child (1973), Holland (1979) e Bourguignon (1979), dentre outros.

Indubitavelmente, entretanto, as abordagens associadas ou afins ao "behaviorismo radical" são as que mais consistentemente enfrentam o desafio de explorar as dimensões psicológicas caracteristicamente humanas a partir de uma "matéria-prima" estritamente biológica. Keller & Schoenfeld (1973), Kantor (1978), Bijou

& Baer (1980) e Skinner (1979, 1982) podem ser aqui arrolados como alguns dos projetos mais bem-sucedidos em dar conta da determinação social de comportamentos humanos complexos, cujos componentes básicos não sejam necessariamente sociais em sua origem.

Na verdade, qualquer alusão a uma "natureza humana" como já "psicossociológica" em si mesma, e não simplesmente "biopsicológica", só pode ter o efeito de obscurecer, pelo cômodo sincretismo que envolve, a compreensão do mecanismo completo de socialização dos indivíduos. Concluindo, os estudos sobre a educação, vista como uma das mais importantes instâncias socializadoras na vida moderna, só têm a ganhar com a abordagem naturalista da "psicologia do comportamento".

• *Sobre a necessidade de uma psicologia do comportamento e do ambiente em interação, que negue a autonomia de hipotéticas entidades psíquicas internas ao homem:*

"(...) Marx, Engels ou Lenine ativeram-se, sempre, no essencial, ao nível histórico, econômico, sociológico, político, que é um só e mesmo nível. Em relação à psicologia manifestaram sempre, pelo menos, desconfiança. Atitude compreensível e justificada, na medida em que a psicologia idealista era a única de que podiam ter conhecimento na sua época e que muito legitimamente deviam rejeitar." (Le Ny, 1976, p. 72-3.). E ainda: "(...) as leis de aprendizagem e do condicionamento não são somente um capítulo da psicologia, mas uma base essencial para a compreensão de toda a atividade psíquica. Permitem fundamentar a noção essencial de história individual; não existe psicologia genética concebível sem estas leis, a não ser que se imagine todo um desenvolvimento ontogênico dominado por uma necessidade puramente interna. (...) Apoiar-se nos dados adquiridos em matéria de aprendizagem significa, pelo contrário, conceber o desenvolvimento individual governado pelas contradições e pela oscilação incessante entre o indivíduo e o seu ambiente; as contradições internas nada mais são de que um reflexo desta interação. Assim, para compreender um indivíduo é necessário compreender a sua história individual, não somente interna 'vivida', mas também externa, com suas condições duráveis, as circunstâncias e os acontecimentos que a marcaram" (Le Ny, 1976, p. 85-6.).

De fato, constata-se atualmente que profissionais e pensadores ou filósofos da educação tendem, com elevada e surpreendente freqüência, a minimizar o papel dos mecanismos psicológicos da aprendizagem no processo educacional. Em lugar da aprendizagem – definível factualmente como qualquer modificação de comportamento relativamente duradoura que resulte da prática ou experiência – é co-

mum dar-se preferência a conceitos menos empiricamente ancorados, como o de "desenvolvimento cognitivo". Tais abordagens, conquanto não descartem de todo (como não poderiam mesmo fazê-lo) a consideração da prática e experiência como fatores determinantes, acabam, por sua ênfase na caracterização de estágios invariantes e entidades hipotéticas internas, passando por alto as variáveis ambientais que em última análise originam as práticas ou experiências.

Esta crítica afigura-se tanto mais procedente quanto mais se verifica que, até por autores que afirmam uma certa imparcialidade no campo da psicologia aplicada à educação — por exemplo, McFarland (1977), Bigge (1977) — o tratamento menos valorizador é dado justamente ao processo de aprendizagem que evidencia da forma mais rigorosa a influência do ambiente no desenvolvimento comportamental, ou seja, o condicionamento. E, não obstante, no julgamento de Melton (1964), os "fenômenos do condicionamento representam ao menos um dos principais fundamentos para uma descrição sistemática das variedades de aprendizagem humana" (p. X), dentre as quais se arrolam a aprendizagem verbal, a aprendizagem de conceitos e o estabelecimento de disposições mentais para a aquisição de novas capacidades ou utilização de capacidades previamente adquiridas.

Na verdade, tais posições teóricas que, no equacionamento do processo ensino-aprendizagem, parecem desequilibrar o binômio interacional indivíduo-ambiente, esvaziando este segundo termo de boa parte de seu poder determinante, têm sido poderosamente compensadas por um movimento crescente de aplicação dos princípios do behaviorismo radical aos problemas educacionais. Para uma comprovação desse poder de confronto, o leitor poderia ser remetido a textos da importância de Keller & Iñesta (1973), Sulzer-Azaroff & Mayer (1977) e Bijou & Rayek (1978), dentre outros.

Afirma-se enfim, aqui, que os pensadores críticos da educação, que tanto e tão legitimamente se ocupam e preocupam com as contradições flagrantes do processo sócio-educacional, estariam mais bem instrumentalizados teoricamente para lidar com esses problemas se viessem a avaliar com mais cuidado as potencialidades da psicologia social de base psicológico-comportamental esboçada neste artigo.

- *Sobre a possibilidade de articulação direta, sem outras intermediações teórico-conceituais, entre os processos comportamentais individuais e as determinações sócio-históricas:*

"Sem que por isso se ponha em questão a existência de um nível especificamente social, é necessário reconhecer que este não suprime o papel e a importância dos

fenômenos individuais. É só através destes que operam as determinações sociais. É, pois, necessário compreender como a história social dos homens não é senão a história do seu desenvolvimento individual, tenham ou não disso consciência" (Le Ny, 1976, p. 73-4.). E ainda: "Não basta que um homem tenha vivido numa sociedade e numa época com determinadas características para que o seu pensamento e a sua obra dê delas um 'reflexo' de um modo necessariamente fiel. É necessário, ainda, saber se fizeram parte do seu ambiente individual e da sua história individual" (Le Ny, 1976, p. 86.).

É possível que pareça surpreendente aos educadores, especialmente àqueles mais acostumados a rotular as contribuições behavioristas como "massificantes", encontrar aqui uma defesa de que as passagens acima de Le Ny sejam plenamente compatíveis com uma psicologia social de base skinneriana. Com certeza, boa parte dessa surpresa resulta de mera desinformação, ou desinteresse pela obtenção de informações de tal pertinência. De fato, em seu livro *Tecnologia do ensino* (1972), que engloba escritos de diferentes épocas, Skinner assume explicitamente sua preocupação com o aprendiz individual, quando propõe respeitar-se o ritmo de aprendizagem de cada pessoa, ao mesmo tempo em que investe contra medidas normativas e massificantes de uso corrente nas escolas, como o estabelecimento de "séries" e "turmas".

Por outro lado, a surpresa se inverte — isto é, passa a ser experimentada pelos educadores simpatizantes do "behaviorismo radical" — quando se faz notar que a penetração desse sistema psicológico no Brasil se deu através de um projeto de educação individualizada, introduzido por Fred Keller na nascente e então "experimental" Universidade de Brasília, e que ficou internacionalmente conhecido como "o plano Brasília" (e, posteriormente, quando retornado aos EUA, como "método Brasília-Arizona"). Para informações mais detalhadas acerca de tal sistema behaviorista de "instrução personalizada", sugere-se a leitura de Keller (1973, 1978), assim como o bastante recente volume 41 da Coleção Grandes Cientistas Sociais (Ática), *Keller: psicologia como ciência e educação*, organizado por Kerbauy (1983).

Para finalizar, como assevera Lyon (1965, apud, Díaz-Guerrero, 1972), "Skinner é um típico representante do enfoque centrado na pessoa dentro da psicologia experimental" (p. 23). Conseqüentemente, uma psicologia social da educação que se fundamente no "behaviorismo radical" estará sempre comprometida a analisar as formulações sobre instituições, classes, grupos sociais, etc., em termos das interações entre os indivíduos que os compõem. Tal articulação entre categorias sócio-histórico-culturais de ordem conceitual superior e a categoria psicológica bá-

sica do comportamento individual só pode ter um efeito tônico, estimulante, sobre o estudo da educação, especialmente da educação popular, na medida mesma em que vem a lhe proporcionar um alargamento de horizontes teóricos.

Referências bibliográficas

Bigge, M. L. *Teorias da aprendizagem para professores.* São Paulo, E P U, 1977.

Bijou, S. W & Baer, D. M. *O desenvolvimento da criança; uma análise comportamental.* São Paulo, E P U, 1980.

———— . & Rayek, E., comp. *Análisis conductual aplicado a la instrucción.* México, Trillas, 1978.

Bourguignon, E. *Psychological anthropology; an introduction to human nature and cultural differences.* New York, Holt, Rinehart & Winston, 1979.

Díaz-Guerrero, R. *Hacia una teoría histórico-bio-psico-socio-cultural del comportamiento humano.* México, Trillas, 1972.

Gergen, K. J. Social psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology, 26* (2), 1973.

Holland, R. *Eu e contexto social.* Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

Homans, G. C. The relevance of psychology to the explanation of social phenomena. In: Borger, R. & Cioffi, F., ed. *Explanation in behavioral sciences: confrontations.* Cambridge, Cambridge University Press, 1970.

Kantor, J. R. *Psicología interconductual; un ejemplo de construcción científica sistemática.* México, Trillas, 1978.

Keller, F. S. Una aventura internacional en el campo de la modificación de conducta. In: Keller, F. S. & Iñesta, E. R., ed. *Modificación de conducta;* aplicaciones a la educación. México, Trillas, 1973.

———— . Adiós, maestro... In: Bijou, S. W. & Rayek, E., comp. *Análisis conductual aplicado a la instrucción*. México, Trillas, 1978.

———— . & Schoenfeld, W. N. *Princípios de psicologia.* São Paulo, E P U, 1973.

———— . & Iñesta, E. R., ed. *Modificación de conducta; aplicaciones a la educación*. México, Trillas, 1973.

Kerbauy, R. R. *Keller: psicologia como ciência e educação.* São Paulo, Ática, 1983.

Le Ny, J. F. *Psicologia e materialismo dialético.* Lisboa, Via, 1976.

Maisonneuve, J. *Introdução à psicossociologia*. São Paulo, Nacional, 1977.

McFarland, H. S. N. *Teoria psicológica & prática educacional.* Porto Alegre, Globo, 1977.

Melton, A. W., ed. *Categories of human learning*. New York, Academic Press, 1964.

Rodrigues, A. A crise de identidade da psicologia social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, *30* (4), 1978.

———— . *Estudos em psicologia social.* Petrópolis, Vozes, 1979.

Sá, C. P. *Psicologia do controle social.* Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.

Sampson, E. E. Scientific paradigms and social values: wanted – a scientific revolution. *Journal of Personality and Social Psychology, 36* (11), 1978.

Schlenker, B. R. Social psychology and science. *Journal of Personality and Social Psychology, 29* (1), 1974.

Schneider, E. Tendências atuais da psicologia social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, *30* (4), 1978*a*.

———— . *Psicologia social – cultural, histórica, política.* Rio de Janeiro, Guanabara Dois, 1978*b*.

Skinner, B. F. *Ciência e comportamento humano.* Brasília, Ed. Univ. Brasília, 1967.

————. *Tecnologia do ensino.* São Paulo, E P U, 1972.

————. *Contingencias de reforzamiento; un análisis teórico.*, México, Trillas, 1979.

————. *Sobre o behaviorismo.* São Paulo, Cultrix, 1982.

Stryker, S. Developments in "two social psychologies": toward an appreciation of mutual relevance. *Sociometry, 40* (2), 1977.

Sulzer-Azaroff, B. & Mayer, G. R. *Applying behavior-analysis procedures with children and youth.* New York, Holt, Rinehart & Winston, 1977.

Zigler, E. F. & Child, I. L., ed. *Socialization and personality development.* Reading, Addison-Wesley, 1973.